



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 023/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 3148/2011 (5 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: DCAMI-Relatório Conclusivo nº 179/2011 (fls. 715/751) / Informação nº. Informação nº 467/2013 e DICOP-Relatório Conclusivo de Vistoria (fls. 756/771) / Informação nº 01 (fls. 785/788).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6546/2013-MP-ELCM da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 792/802).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2010.
Prefeitura Municipal de Itapiranga.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, III, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO pela **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Itapiranga, referente ao exercício de 2010, **gestão do Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como do art. 20, § 4º, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei nº 114/2013-TCE/AM.

MCS/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 023/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 3148/2011 (5 Vols.) – fl.02.

10-Ata: 45ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 14 de novembro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (convocada)..

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro- Relator

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Convocada

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 023/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 023/2013)

- 1- **Processo TCE nº 3148/2011 (5 Vols.).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itapiranga.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** DCAMI-Relatório Conclusivo nº 179/2011 (fls. 715/751) / Informação nº. Informação nº 467/2013 e DICOP-Relatório Conclusivo de Vistoria (fls. 756/771) / Informação nº 01 (fls. 785/788).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6546/2013-MP-ELCM da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 792/802).
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: *Prestação de Contas. Exercício de 2010. Prefeitura Municipal de Itapiranga.*

Revelia. Contas Irregulares. Alcance. Multas. Prazo. Autorização da inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva. Determinação à origem, Comissão de inspeção e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas da Prefeitura Municipal de Itapiranga, referente ao exercício de 2010, tendo como responsável o **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;

9.2- Considerar revel o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito e Ordenador de Despesas, por não atender às Notificações nºs. 005/2011-SECAMI-DEENG e 118/2013-DICAMI expedidas por esta Corte de Contas, deixando de apresentar defesa quanto às impropriedades apontadas pela DICOP, bem como de encaminhar defesa ou recolher a quantia devida com relação aos débitos detectados quando da fase de instrução do processo em tela;

MCS/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM – SPEDE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 023/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 023/2013)

Processo TCE nº 3148/2011 (5 Vols.) – fl.02.

9.3- Glosar o montante de **R\$ 93.397,00** (noventa e três mil, trezentos e noventa e sete reais) **em alcance** do Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, pelos seguintes débitos detectados:

9.3.1- no valor de **R\$ 14.147,00** (quatorze mil, cento e quarenta e sete reais) pelas despesas realizadas sem a devida comprovação de sua aplicação em favor da Administração Pública descritas nos itens 6, 7, 8 e 9 do Relatório/Voto;

9.3.2- no valor de **R\$ 79.250,00** (setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais) pelas despesas, oriundas da contrapartida da Prefeitura Municipal de Itapiranga, sem a devida comprovação na execução dos objetos dos convênios federais nºs. 643873 e 638182, item 20 do Relatório/Voto;

9.4- Multar o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal de Itapiranga e Ordenador de Despesas:

9.4.1- no valor de **R\$ 1.096,03** (hum mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010 (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), item 4 do Relatório/Voto;

9.4.2- no valor de **R\$ 1.096,03** (hum mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por cada bimestre (1º, 2º, 3º, 4º e 5º) em que não foi entregue os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, (5 bimestres), totalizando o montante de **R\$ 5.480,15**, (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos) item 15 do Relatório/Voto;

9.4.3- no valor de **R\$ 1.096,03** (hum mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por cada semestre em que não foi entregue o Relatório de Gestão Fiscal, (1º semestre), item 15 do Relatório/Voto;

9.4.4- no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 do Relatório/Voto;

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, recolha o valor do débito que lhe foi imputado aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

MCS/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM – SPEDE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 023/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 023/2013)

Processo TCE nº 3148/2011 (5 Vols.) – fl.03.

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.7- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.8- Determinar à Prefeitura Municipal de Itapiranga que:

9.8.1- observe com mais rigor a Resolução nº 10/2012-TCE/AM quanto aos prazos para remessa de dados e demonstrativos contábeis por meio informatizado a este Tribunal de Contas;

9.8.2- exonere os ocupantes dos cargos comissionados existentes na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, se porventura ainda persistirem sem a devida permissiva legal, comunicando a esta Corte de Contas, no prazo de 30 dias, as medidas adotadas, sob pena de aplicação de multa;

9.9- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique a inexistência de cargos comissionados sem previsão legal na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

9.10- Comunicar à Secretaria da Receita Federal sobre a ausência de guias que demonstrem a retenção e consequente recolhimento do INSS sobre a remuneração dos servidores, referente ao exercício de 2010, inserto no item 14 deste voto.

10-Ata: 45ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 14 de novembro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (convocada)..

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro- Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

MCS/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM – SPEDE.